

## CAPÍTULO 24

# Candidatas à vereança nas eleições municipais de 2016 e 2020: os obstáculos à representação de mulheres negras em Pelotas (RS)

*Édna Alice Duarte da Rocha*

### Resumo

O presente trabalho propõe-se a realizar uma leitura da sub-representação política de mulheres negras a partir de referências que tratam de raça e gênero. Para cumprir esse objetivo, lançou-se olhar para os pleitos municipais de 2016 e 2020 no município de Pelotas, a quarta maior cidade do Rio Grande do Sul e que é constituída por diversas organizações da negritude. Portanto, esse trabalho se enquadra no tema de raça e gênero. Para a realização da investigação, foram coletados dados do repositório institucional do Tribunal Superior Eleitoral. Os resultados parciais apontam para a sub-representação de mulheres negras no município de Pelotas.

**Palavras-chave:** mulheres negras; eleições municipais; Pelotas; sub-representação; desigualdade racial.

### 1. Introdução

O presente trabalho faz parte da investigação em andamento no curso de mestrado do programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas. A pesquisa em questão se enquadra no tema de raça e gênero e traz como objetivo principal a problematização acerca dos obstáculos de ordem institucional, culturais e econômicos que afastam as mulheres negras da política institucional, os quais confirmam a sub-representação desse grupo social. De maneira a ilustrar essa questão, coletamos dados das mulheres autodeclaradas pretas e pardas que concorreram ao cargo de

## 660 O perfil das candidatas à vereança nas eleições municipais de 2016 e 2020: os obstáculos à representação de mulheres negras em Pelotas (RS)

vereadora nas eleições municipais de de 2016 e 2020 no município de Pelotas, localizado na região sul do Rio Grande do Sul, a quarta maior cidade do Rio Grande do Sul, com população estimada em 343.826 pessoas, conforme projeção do IBGE para o presente ano.

A escolha dessas duas eleições está relacionada com o fato de que somente em 2014 que o Tribunal Superior Eleitoral passa a coletar e disponibilizar as informações referentes à autodeclaração racial dos candidatos.

Em se tratando de uma investigação situada na área de Ciência Política, a qual historicamente reproduz determinados padrões de desigualdade, presentes inclusive em sua comunidade científica, como aponta o trabalho de Candido; Júnior; Campos (2019), importa que raça e gênero sejam categorias centrais para a compreensão do fenômeno da sub-representação. As técnicas de pesquisa adotadas envolvem a pesquisa e análise documental a partir dos materiais coletados em sites governamentais e não-oficiais. Até o presente momento, os dados em análise foram extraídos do sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral.

### **2. Sub-representação e raça: breves apontamentos sobre a literatura**

Na presente seção, apontamos os estudos que tratam da sub-representação e que foram selecionados para a compreensão do fenômeno que investigamos neste trabalho.

Nos anos 90, em um dos primeiros estudos que tratava sobre a temática da raça e representação política, Oliveira (1991) chamava atenção para a baixa presença de negros eleitos ao cargo de vereador na cidade de Salvador nas eleições municipais de 1988, mesmo ano em que foi celebrado o centenário da abolição da escravatura no Brasil. Alguns anos após, Johnson III (2000), em pesquisas sobre

a relação entre raça e representação no Brasil, apontou que havia uma sub-representação da população negra no parlamento brasileiro. Infelizmente, ainda são incipientes os estudos na área de ciência política que versam sobre a intersecção entre raça e representação política, dentre os quais uma referência importante é o trabalho de Pereira (2018) que ao analisar as candidaturas de vereadores negros no Rio de Janeiro, em 2016 chegou à conclusão de que os obstáculos que impedem o acesso de negros e negras aos espaços de poder estão fortemente relacionados aos processos que ocorrem dentro dos partidos antes da disputa eleitoral, principalmente no que se refere à distribuição do financiamento das campanhas entre os diferentes candidatos.

As demais referências utilizadas para analisar os dados coletados para a realização dessa investigação são aquelas que tratam de raça, gênero e representação, as quais versam sobre as causas da sub-representação das mulheres negras na política e o perfil das mulheres negras candidatas à vereança., fortemente ligadas ao contexto de desigualdade racial brasileiro (CAMPOS; MACHADO, 2020; RIOS, PEREIRA e RANGEL, 2017). Conforme os autores apontam, embora a população negra corresponda a 54 % da população brasileira, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e as mulheres negras representem cerca de 28%, esse grupo social ainda está afastado dos espaços de decisão, incluindo-se aí as esferas de formulação das políticas públicas e sociais que lhe são dirigidas.

## **2.1 Demandas por representação política e o caso das eleições municipais de Pelotas**

Nesta seção apontamos questões que consideramos relevantes para situar a atuação das mulheres negras brasileiras, bem como

662 O perfil das candidatas à vereança nas eleições municipais de 2016 e 2020: os obstáculos à representação de mulheres negras em Pelotas (RS)

se volta a contextualizar brevemente as organizações presentes no município de Pelotas e apresenta os resultados levantados até o presente momento.

A percepção sobre a existência de obstáculos que afastam as mulheres negras dos espaços de poder já estava presente no debate das gerações anteriores dos movimentos de mulheres negras. Nos anos 70, a pensadora Lélia Gonzalez (2018) já apontava os efeitos do racismo e do sexismo na vida das mulheres negras. Ali, ela trazia as mesmas questões que ainda nos chamam a atenção quando se trata da condição da população negra no país, como é possível observar no excerto abaixo:

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isso porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte e “mãos brancas” estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país). (p.199).

Ciente dessas questões, argumentamos aqui que a problematização sobre a sub representação das mulheres negras nos espaços de poder não pode estar separada da compreensão sobre as estratégias que, historicamente, têm sido forjadas por elas para enfrentar as desigualdades que afetam suas vidas. Isso significa afirmar também que a produção acadêmica e ativista das mulheres negras se constitui enquanto uma teoria social e, portanto, propõe uma leitura sobre a realidade, a qual é útil para a compreensão do fenômeno da política. Assim, distintas formas de fazer e pensar política das mulheres negras se dá nas quebradas, nas vilas, nos terreiros, nas favelas e nos quilombos (PEREIRA, 2016; ALMEIDA, 2018).

Em um primeiro momento, o leitor pode se questionar: se o trabalho trata da sub-representação das mulheres negras, porque falar sobre questões que a um primeiro olhar não se relacionam diretamente com o tema? Entendemos que é necessário ter em conta a longa trajetória construída pelos movimentos feministas negros, os quais propõem uma agenda política onde haja a superação do racismo e a garantia da justiça social. Nas palavras de Carneiro (2003)

Tal processo vem resultando, desde meados da década de 1980, na criação de diversas organizações de mulheres negras que hoje se espalham em nível nacional; de fóruns específicos de discussões programáticas e instâncias nacionais organizativas das mulheres negras no país a partir dos quais os temas fundamentais da agenda feminista são perscrutados pelas mulheres negras à luz do efeito do racismo e da discriminação racial. (p.120)

Esse processo de organização das mulheres negras foi explorado na dissertação de Moreira (2007), em que a autora analisou os movimentos de mulheres negras em São Paulo e no Rio de Janeiro, entre os anos de 1985 e 1995, o que permite compreendermos que a despeito das violências de toda ordem sofridas pelas mulheres negras, historicamente, elas têm atuado na produção de projetos políticos, que perpassam âmbitos religiosos, culturais, políticos Cardoso (2017), processo que demonstra a relevância de lançar olhar sobre sua capacidade de articulação e de inserção das pautas específicas, bem como a importância das críticas e reivindicações engendradas por mulheres negras ao longo da história política brasileira.

Dessa forma, é possível compreender que o debate e a luta por representação das mulheres negras vêm de antes, pois começaram a ser introduzidos por diversas organizações de mulheres negras. Embora a questão já estivesse colocada naquela época, é importante mencionar que ainda não tinha a visibilidade que somente conquistou nos anos recentes. Esses grupos evidenciam que o racismo está entranhado na sociedade brasileira desde a formação do país, principal-

## 664 O perfil das candidatas à vereança nas eleições municipais de 2016 e 2020: os obstáculos à representação de mulheres negras em Pelotas (RS)

mente porque durante três séculos e meio o Brasil viveu sob o regime escravocrata. É imprescindível situar que naquele período também houveram inúmeras revoltas por parte da população negra (Moura, 2014). Na contemporaneidade, o movimento negro esteve presente na cena pública em diversos momentos, constituindo o denominado protesto negro, como apontado por Rios (2012).

Nos últimos anos e mais fortemente a partir de 2018, após o feminicídio político da vereadora Marielle Franco<sup>1</sup>, ocorrido em 14 de Março de 2018, diversos grupos de mulheres negras têm chamado a atenção para a sub-representação desse grupo e reivindicado a sua inserção na política institucional - como é o caso do Movimento Mulheres Negras Decidem - a partir do entendimento de que essa condição é resultado da desigualdade racial historicamente enraizada na sociedade brasileira, e que é reproduzida também pelas organizações político-partidária de todos os espectros ideológicos.

As eleições proporcionais de 2018 e de 2020 trouxeram reflexos dessas mobilizações, de forma que foi bastante expressivo o aumento de candidaturas de mulheres negras e a projeção do debate público sobre a relação entre desigualdade racial e representação política. Inclusive, conforme Campos (2021) ressalta, a eleição de 2020 resultou em um dado importante: pela primeira vez em muitos anos, menos homens brancos foram eleitos. Isso não significa que a desigualdade tenha se dissipado, mas parece apontar que há possibilidades de mudança no cenário da política institucional, que é fortemente marcado por tantas desigualdades, ao mesmo tempo em que é um espaço crucial para a formulação de políticas que se proponham a corrigir desigualdades. Em nosso entendimento, essa questão pode

---

<sup>1</sup> O feminicídio político da vereadora Marielle Franco, que estava no seu primeiro mandato como vereadora no Rio de Janeiro, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), estimulou uma série de manifestações de mulheres negras em todo o Brasil. O chamado "Amanhecer por Marielle" mobilizou uma série de organizações que exigiam justiça e denunciavam o racismo.

estar relacionada a com a reação delas ao racismo, cada vez mais crescente e escancarado, inclusive no que se refere aos casos que evidenciam as violências políticas de gênero e os discursos de ódio dirigidos à mulheres negras enquanto candidatas e quando eleitas De acordo com Rodrigues e Freitas (2021):

Feministas negras têm questionado a sub-representação de afro-descendentes na política institucional e reivindicado maior cooperação entre acadêmicos e ativistas. O propósito é consolidar um conjunto amplo de pesquisas sobre as causas dessa sub-representação e contribuir para a formulação de medidas para aumentar a participação de representantes de grupos subalternizados no Legislativo. (p.35)

Os dados coletados informam que nas eleições de 2016, das vinte e nove mulheres pretas e pardas que se candidataram, somente uma foi eleita (a primeira da história do município). Já a eleição de 2020 foi fortemente marcada pelos efeitos da pandemia de COVID-19 e também pelos reflexos da reforma eleitoral: não teve coligações nas votações proporcionais, o que ocasionou o aumento das candidaturas. Assim, das 133 mulheres que se candidataram em Pelotas, 36 eram autodeclaradas pretas ou pardas. Destas últimas, nenhuma se elegeu. Cabe mencionar que ao longo da história política do município, quatorze mulheres foram eleitas pelo voto direto e dessas, somente uma autodeclarada preta, o que representa 7,15% do total.

É importante mencionar também que esse cenário desigual se mantém mesmo com a existência das fundamentais ações afirmativas que visam assegurar a participação de mulheres nas eleições proporcionais de mulheres na política desde os anos 90 e mais especificamente, a partir da Lei 9504/1997, que estabelece a reserva 30% de vagas para as mulheres nesse tipo de eleição. Assim como também dificilmente se discute as dimensões particulares que atingem as mulheres de acordo com as suas questões específicas e que influenciam a baixa participação nos espaços de poder: raça, faixa etária, orientação sexual, etnia e classe social. Nesse sentido, quando se trata de

## 666 O perfil das candidatas à vereança nas eleições municipais de 2016 e 2020: os obstáculos à representação de mulheres negras em Pelotas (RS)

mulheres negras, compõem o grupo social mais distante dos espaços formais da política.

### 5. Considerações finais

Como a pesquisa ainda está em andamento, as conclusões são parciais e apontam para o fato de que embora o município de Pelotas tenha diversas organizações do movimento social negro, essa parcela da população é sub-representada na política institucional, de forma que somente em 2016 foi eleita a primeira e única vereadora negra no município, sendo que na última eleição nenhuma mulher negra foi eleita.

Quando o olhar é lançado para os recursos recebidos para o andamento das campanhas percebe-se que o financiamento é baixo, o que se configura como um dos obstáculos às possibilidades de competição e consequente eleição das mulheres negras nesse contexto. No entanto, as eleições municipais de 2020 apresentam diferença nesse aspecto: aparecem mais recursos financeiros destinados às candidaturas de mulheres negras, o que provavelmente está relacionado com a consulta feita ao Tribunal Superior Eleitoral pela deputada federal Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores, uma das principais lideranças políticas do Brasil, o que fez com que houvesse uma maior distribuição de recursos financeiros e tempo de televisão para mulheres negras e homens negros nas eleições de 2020. Em um país onde o perfil da maioria dos vereadores eleitos ainda é representado por homem branco, heterossexual, escolarizado e com idade média de 45 anos, a resposta positiva recebida a partir daquela consulta foi bastante significativa.

Considerando que a Ciência Política é uma disciplina que integra a área das ciências humanas e cujas pesquisas que utilizam a dimensão racial e de gênero como elementos centrais na compreen-

são das desigualdades presentes na sociedade brasileira são ainda incipientes, a realidade social deixa explícita as condições de desvantagem social a que negras e negros estão submetidos. Nas palavras da filósofa e ativista Sueli Carneiro, “raça informa classe no Brasil” e, portanto, deve ter sua relevância considerada nas análises que pretendem compreender as relações de poder e dominação vigentes na sociedade brasileira. É com esse intuito que realizamos esse trabalho, o qual tem como proposta problematizar a (sub)representação de mulheres negras no estado do Rio Grande do Sul, a partir da teoria social crítica formulada por pensadoras dos feminismos negros. Espera-se que mais trabalhos que discutam a relação entre a desigualdade racial e de gênero e sua relação com a representação política sejam realizados.

## Referências

ÁVILA, Carla Silva de . A Princesa Batuqueira: Etnografia sobre a interface entre religião e política no movimento negro em Pelotas. Dissertação: 2011.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. Raça e Eleições no Brasil. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020.

CAMPOS, Luiz Augusto. Raça e Gênero nas Eleições de 2020: avanços e desafios. Ficha Técnica da Friedrich-Ebert-Stiftung. 2021.

CANDIDO, Marcia Rangel; Júnior, João Feres; Campos, Luiz Augusto. Desigualdades na elite da ciência política brasileira. Civitas, Rev. Ciênc. Soc. 19 (3) Sep-Dec 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/bKKpMnKMWNpP73xcs6X4Mrz/?lang=pt>

CARDOSO, C. P. Por uma Epistemologia Feminista Negra do Sul: experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. Anais 11º Fazendo Gênero. 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499452943\\_ARQUIV\\_O\\_simposiotextofazendogenero13.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499452943_ARQUIV_O_simposiotextofazendogenero13.pdf) . Acesso em: 10/10/2020.

668 O perfil das candidatas à vereança nas eleições municipais de 2016 e 2020: os obstáculos à representação de mulheres negras em Pelotas (RS)

CARNEIRO, Sueli. Carneiro. Mulheres em movimento. Estudos Avançados,17(49),117-133.(2003).

CARNEIRO, Sueli. Raça informa classe no Brasil. Revista Cult. Número 223, 2017. (Entrevista)

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-14/> Acessado em 18/08/2021.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra, essa quilombola. In: Primavera para as rosas negras. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

JOHNSON III, Ollie A. Representação racial e política no Brasil. Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro. N. 38, p.7-29. 2001.

LONER, Beatriz Ana. A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande. IN: RS NEgro: cartografias sobre a produção de conhecimentos.EDIPUCRS, 2009.

MOREIRA, N.B. O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. 2007.120 f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas.

MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas.5.ed.- São Paulo: Anita Garibaldi coedição com a Fundação Maurício IGrabois, 2014.456p.

PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social. 2016. 235p. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Cloves Luiz Pereira. O negro e o poder no Brasil: os negros candidatos a vereador em Salvador, em 1988. Caderno CRH.Suplemento, Salvador, v. 4, p. 94-116, 1991.

PEREIRA, Wescrey Portes. P. Raça e Eleições: os obstáculos à ascensão política de vereadores negros no Rio de Janeiro. Anais 42º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2018.

RIOS, Flavia; PEREIRA, Ana Claudia; RANGEL, Patrícia. Paradoxo da igualdade: gênero, raça e democracia. Cienc. Cult., São Paulo, v. 69, n. 1, p. 39-44, Mar. 2017.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves de. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. Revista Brasileira de Ciência Política, 34: 1-54, 2021.

RODRIGUES, Cristiano; ABREU, Mariana Sales de. "MARIELLE VIROU SEMENTE": a eleição de Áurea Carolina e Talíria Petrone como resistência às violências sofridas por corpos de mulheres negras. Anais do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. 1-22, Universidade de Brasília, 2019. Disponível Em: [http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT5/gt5\\_Rodrigues\\_Abreu.pdf](http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT5/gt5_Rodrigues_Abreu.pdf)

SILVA, Fernanda Oliveira da. As lutas políticas nos clubes negros : culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960). Porto Alegre. Tese (Doutorado em História), UFRGS, 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em :22/03/2021.

## Sobre a autora

### Édna Alice Duarte da Rocha

Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas.  
E-mail: [rochaedna88@gmail.com](mailto:rochaedna88@gmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6013-9165>.

